



EXPRESSÕES

GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

REPRESENTAR TERRITÓRIOS E (RE)CONFIGURAR CONFLITOS: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO RURAL SÃO FRANCISCO EM BURITIZEIRO, MINAS GERAIS.

REPRESENT TERRITORIES AND TO RECONFIGURE CONFLICTS: AN ANALYSIS OF RURAL SETTLEMENT SÃO FRANCISCO IN BURITIZEIRO, MINAS GERAIS STATE.

Lucas Magno¹

Júnia Marise Matos de Sousa²

RESUMO: O objetivo do trabalho é demonstrar como o processo de construção de um assentamento rural no município de Buritizeiro, região norte do estado de Minas Gerais, acarretou a desorganização e (re)organização de modos de vida, de formas de identificação com o território e da maneira de utilização dos recursos naturais de uma comunidade no cerrado; e como esse processo acabou provocando sérios conflitos ambientais envolvendo o uso do território, especificamente do subsistema veredas, visto tradicionalmente como fonte de vida e de reprodução social e que atualmente é “área proibida” para a agricultura dos assentados. Para realizar essa tarefa, o artigo foi dividido da seguinte maneira: primeiramente apresenta-se uma breve introdução e contextualização da problemática de pesquisa, bem como o caminho teórico e metodológico percorrido; por fim, apresentam-se os resultados e as discussões do trabalho.

Palavras-chave: assentamento rural; conflito ambiental; veredas.

ABSTRACT: This paper aims at showing how the process of construction of rural settlement in the municipality of Buritizeiro, north region of Minas Gerais state (Brazil), resulted in the disorganization and in the (re)organization of the livelihood of a *cerrado* community, affecting their forms of identification with the territory and the use natural resources. This process resulted in serious environmental conflicts involving land use, specifically the use of the subsystem *veredas*, traditionally seen as a source of life and social reproduction, wich is now “prohibited area” for agriculture. For this, firstly we showed a brief introduction for the problematic of research and the theoretical and methodological way for argumentations, and lastly brings the discussion and results of the work.

Keywords: settlement; environmental conflicts; veredas.

INTRODUÇÃO

A estrutura fundiária concentrada no Brasil tem gerado conflitos entre diferentes categorias sociais. Esse problema vem sendo resolvido pontualmente pelo Estado através da criação de Projetos de

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina e Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais/Campus Muriaé.

² Doutora em Geografia e Professora da Universidade Federal de Viçosa.



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

Assentamentos rurais (PA's) nas diversas regiões do país que podem ser definidos, segundo Bergamasco e Norder (1996), como uma política pública que visa à criação de novas unidades de produção agrícola.

Entretanto, os PA's não devem ser analisados sob uma ótica que preze somente a conquista da terra como fim de um processo de mudança socioespacial. Após a construção do projeto em si desdobram-se outras frentes de negociações dos assentados com o Estado por crédito, assistência técnica, infraestrutura, saúde, educação, etc. Por conta disso, os assentamentos rurais são entendidos por Leite *et. al.* (2004) como um “ponto de chegada” a uma base material, e, ao mesmo tempo, “ponto de partida” para novas demandas e transformações sociais que interferem no uso e na organização do território dos PA's e que são determinantes para o sucesso dos mesmos. Nesse contexto, muitas pesquisas vêm se dedicando à análise desse processo conflituoso que vai da conquista da terra até à viabilização social e econômica dos assentamentos no Brasil³. Contudo, mesmo a academia, principalmente a partir dos anos 1990, ter destacado os PA's como objeto de pesquisa, alguns aspectos de sua constituição e funcionamento têm sido relegados a um plano secundário. A questão ambiental é um desses temas, contrariando todo o debate que vem ganhando força nos anos recentes em diversas instituições e movimentos sociais sobre meio ambiente e desenvolvimento.

Ferreira Neto e Doula (2006), que mapearam alguns dos dilemas relativos à utilização dos recursos naturais em diversos assentamentos no país, argumentaram que a questão ambiental representa uma nova arena de conflitos na reforma agrária, agora não mais somente entre os demandantes da terra e os grandes proprietários, mas também entre eles as diversas instituições que atuam no interior dos projetos como organizações não governamentais, empresas de assistência técnica e extensão rural, etc.; principalmente no que tange à forma de utilização do território pelos assentados e as prescrições da legislação brasileira.

Partindo dessa constatação, pode-se dizer que por meio do conflito, especificamente com relação ao uso dos recursos naturais nos assentamentos rurais, exprimem-se contradições do agenciamento espacial de atividades agrícolas e formas sociais de apropriação e domínio do território por diferentes atores sociais. Esse foi o ponto de partida desse trabalho.

³ A esse respeito consultar, dentre outros, Medeiros *et. al.* (1994), Romeiro *et. al.* (1994), Oliveira (2001), Martins (2003) e Leite *et. al.* (2004).



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

Desde 1995, ano da criação do PA São Francisco no município de Buritizeiro, região norte de Minas Gerais, assentados experimentam uma situação particular quanto ao desenvolvimento de suas práticas agrícolas. Para eles, “o PA parece ter sido feito só pra gente morar, não para trabalhar. Trabalhar aqui é proibido!”. Contraditoriamente o que se esperava de uma política pública, a construção desse assentamento não alcançou seus objetivos, traduzidos na melhoria da qualidade de vida e na garantia de reprodução social dos beneficiários, em função de um conflito ambiental referente ao uso dos recursos naturais do local.

Em termos de caracterização física, o PA São Francisco está localizado no Cerrado. Segundo Mazzetto Silva (2005), entre os sete domínios morfoclimáticos brasileiros, ele é o segundo em extensão, quase dois milhões de hectares. Situado basicamente no Planalto Central Brasileiro, conserva somente 19,15% da sua vegetação original que é classificada, conforme Ribeiro e Walter (1998), em onze tipos fitofisionômicos compreendidos em três formações vegetacionais: Florestal (Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão); Formações Típicas do Cerrado (Cerrado sentido restrito, Parque de Cerrado, Palmeiral e Vereda) e Campestres (Campo Sujo, Campo Rupestre e Campo Limpo). As veredas, portanto, são subsistemas do Cerrado e que possuem grande importância por ser a principal área de nascente de fontes hídricas e um importante refúgio fauno-florístico. Elas são consideradas ecossistemas frágeis e, por isso, Áreas de Preservação Permanente (APP) segundo o Código Florestal brasileiro.

No PA São Francisco há muitas áreas de veredas, presente em 18 dos 29 lotes existentes, e são justamente as terras mais férteis para a atividade agrícola local. E é com relação à utilização desse subsistema que se estabelece o conflito ambiental atualmente no local.

Antes da institucionalização do território do PA São Francisco pelo Estado, os antigos posseiros do local utilizavam o “barro preto” (nome popular dado às veredas por conta da grande presença de matéria orgânica no solo encharcado) de forma tradicional, com mão de obra familiar e sem insumos químicos, estabelecendo, inclusive, uma espécie de rotação da área cultivada para “respeitar a mata” como eles dizem o que, em outras palavras, significa dizer obedecer à regeneração natural dos solos, da vegetação e das águas ali presentes para futuras utilizações. No entanto, com a criação do assentamento o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e demais órgãos públicos, ao fazerem a vistoria da área argumentaram que ela vinha passando por um intenso processo de degradação ambiental, apontando como uma das causas às práticas agrícolas desenvolvidas pelos posseiros que ali se encontravam (BRASIL, 1994). Nesse contexto, as



EXPRESSÕES

GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

instituições reguladoras do Estado prescreveram a necessidade de preservação permanente das veredas no assentamento. Estas, portanto, se tornaram “áreas proibidas” para a agricultura dos, agora, assentados.

Assim, com a criação do PA as relações sociais dos moradores da área e também as formas de relacionamento deles com a natureza, em especial com as veredas, foram reelaboradas. Ou seja, a intervenção estatal se colocou como uma mudança radical na maneira dos posseiros se relacionarem com o e no território, coibindo antigas práticas ambientais e formas de sociabilidades e instaurando novas. Nesse contexto, vários assentados já foram multados por crimes ambientais pelo fato de continuarem a cultivar as áreas de veredas com produtos para a subsistência, como vinham fazendo tradicionalmente, o que se desdobrou em endividamento de muitas famílias, no abandono do assentamento e na falta de trabalho agrícola no local, fazendo com que a população viva dos rendimentos provenientes da aposentadoria dos mais velhos (SOUSA, 2011). Esse contexto culmina com a venda ilegal dos lotes pela impossibilidade de permanência e sobrevivência nos mesmos e na falta de perspectivas de desenvolvimento agrícola.

Diante disso, sentimos a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre esse conflito vivenciado no PA São Francisco, de forma a responder as seguintes questões: Qual a origem do conflito ambiental? Como ocorre esta metamorfose do uso do território a partir do processo de institucionalização do mesmo via política pública?

Portanto, o objetivo geral desse trabalho é demonstrar como o processo de construção de um assentamento rural provocou a desorganização e (re)organização de modos de vida, de formas de identificação com o território e da maneira de utilização dos recursos naturais de determinadas categorias sociais.

Em termos metodológicos, foi considerada a abordagem qualitativa de pesquisa (HAGUETTE, 1992). A partir dessa orientação, foram empregadas as proposições do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) como técnica de construção de dados, conforme apontado por Coelho (2005). Para isso, foram realizados trabalhos de campo no decorrer do segundo semestre do ano de 2012. A presença da equipe no campo era constante e, em cada ida ao assentamento, permanecemos no local durante mais ou menos uma semana, a depender dos objetivos a serem perseguidos. Ao todo, foram realizadas cinco idas a campo e, em cada uma, era desenvolvida uma etapa metodológica do trabalho, além, é claro, daquelas nas quais foram feitas a apresentação da equipe e dos objetivos do trabalho e também a divulgação e validação dos dados.



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

Em um primeiro momento, a partir de um grupo focal, foi utilizada a ferramenta “Árvore do Problema”, que buscou identificar o principal problema vivenciado pelos assentados, suas causas e consequências. Nessa dinâmica, as diferentes famílias reunidas receberam um desenho de uma árvore, sendo orientadas a refletir sobre o principal problema vivenciado no local. Para isso, o mesmo foi colocado no tronco da árvore, isto é, no centro do debate. Na discussão foram preenchidas ainda as possíveis causas (raízes) e os efeitos (galhos) do problema identificado. Os resultados foram apresentados no grupo como um todo e analisados, em momento posterior, em termos de frequência das respostas discutidas e dos argumentos apresentados pelos participantes.

Como forma de aprofundar os conhecimentos sobre o principal problema vivenciado pelas famílias assentadas e evidenciado na dinâmica anterior, as mesmas foram convidadas, em outro momento do trabalho de campo, a contar as suas “histórias de vida”, a partir da metodologia pertinente à história oral, tendo como ponto de partida as áreas de veredas na “época dos posseiros”, ou seja, o momento anterior à institucionalização do PA. Os depoimentos foram gravados e transcritos para análise de conteúdo.

Por fim, as famílias foram convidadas, numa terceira investida a campo, a desenharem o “mapa dos lotes”, como forma de representar os usos do território ao longo do tempo. Essa última proposta foi conduzida de modo que o assentado pudesse desenhar os lotes com os recursos naturais existentes, atividades desenvolvidas e sua distribuição temporal em dois períodos: quando chegaram à área, portanto anterior à institucionalização do PA, e o relativo aos dias atuais, isto é, referente ao “tempo do assentamento”. Essas representações espaciais, que foram interpretadas com o auxílio das histórias de vida dos assentados, ilustraram as situações apresentadas nas dinâmicas anteriores.

MARCO TEÓRICO

Considerou-se a necessidade de compreender a problemática ambiental em assentamentos ponderando o tema na sua dimensão temporal e socioespacial, incorporando nas análises formas de uso do território de uma maneira mais ampla do que a do “tempo do assentamento”. Assim, partimos dos pressupostos da ecologia política e da noção de conflito ambiental para compreender a realidade do PA São Francisco.



EXPRESSÕES

GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

A ecologia política enquanto disciplina científica ganha relevância na década de 1970, quando o capitalismo estava se consolidando como um modo de produção global e o mundo presenciava o surgimento de vários problemas ambientais em decorrência de diversos projetos considerados “desenvolvimentistas”. Em contraposição a esses projetos também emergiram movimentos sociais questionando a alienação da moderna sociedade industrial em relação à natureza e a viabilidade socioambiental do “desenvolvimento” (ACSELRAD, 2004; ZHOURI *et. al.*, 2005). As proposições desenvolvidas por essa corrente de pensamento discutem a degradação ambiental como produto de processos políticos, econômicos e culturais desiguais entre diversos atores com o meio ambiente, numa perspectiva histórica. Ela focaliza os “atores ambientais” e seus interesses específicos numa dada porção do espaço que, muitas vezes, são contraditórios e acabam por gerar os “conflitos ambientais”. Isto é, essa disciplina dá destaque à questão territorial ou espacial como resultado da relação de poder entre diferentes atores e o meio ambiente.

É nesse contexto que vem sendo debatida a noção de conflito ambiental, no interior da disciplina ecologia política e no bojo do processo de construção do que está sendo denominado de “campo ambiental” (CARNEIRO, 2005), que a identifica a lutas sociais travadas em torno de elementos que constituem uma mesma base territorial e seus recursos naturais, porém expostas a distintas formas técnicas e culturais de apropriação que geram desigualdades sociais. A ideia de campo ambiental está sendo construída a partir do sentido conferido a “campo de forças” por Bourdieu (1983), um espaço social onde se constituem relações de concorrência e de disputas de poder entre os agentes (dominantes e dominados) nele situado e que têm como foco a apropriação da natureza.

A noção de conflito ambiental mostra que é preciso considerar a dimensão cultural das sociedades para o entendimento da natureza, pois o meio ambiente possui significados construídos a partir de sociabilidades e modos de vida diferenciados historicamente e que se chocam em determinadas arenas políticas. Acselrad (2004, p. 26) é o autor que embasa essa proposição no Brasil. Ao discutir a natureza dos conflitos ambientais, ele argumentou que o espaço é um recurso comum, porém exposto a distintos projetos e formas de apropriação material e simbólica por diferentes grupos. Nas palavras do autor, os conflitos ambientais são aqueles envolvendo grupos com “(...) modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território”, e eles têm origem “(...) quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas

**EXPRESSÕES****GEOGRÁFICAS****REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC**www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis (...) decorrentes do exercício das práticas de outros grupos”.

Ainda segundo esse autor, nessa interface entre o mundo social e uma base espacial, podem-se distinguir três práticas, quais sejam: a técnica, a social e a cultural; sendo que as “formas técnicas” estão relacionadas às alterações da natureza com fins de extração e transformação dos recursos territoriais, ou seja, com um fim material do meio ambiente físico e que têm diferenças conforme os grupos sociais; as “formas sociais” se dão a partir das estruturas históricas desiguais de distribuição, acesso e controle dos territórios e do poder que mantém a própria dinâmica da sociedade capitalista; e, por fim, as práticas de apropriação simbólico-cultural do mundo material, que são as chamadas “formas culturais” de representação coletiva do espaço, ancoradas em categorias mentais e de percepção diferenciadas das construídas pela sociedade urbano-industrial.

Justamente por conta das diferenças técnicas, sociais e culturais entre as formas de apropriação do mundo material por distintos atores é que eclodem os conflitos, pois uma, geralmente, se dá em detrimento de outra. E a legitimidade de uma em relação à outra se refere, comumente, a um discurso técnico-científico-institucional em relação ao domínio da natureza; critérios que tendem a legitimar a superioridade simbólica das instituições e, conseqüentemente, a concepção hegemônica do campo ambiental.

Os conflitos ambientais aqui tornados objeto de estudo são tratados, pois, desse ponto de vista: no âmbito de um campo definido como ambiental, tomado como campo de forças e de lutas simbólicas. Nesse sentido, o seu entendimento exige uma investigação sobre diferentes formas de representação do espaço que aborde as relações sociais em um contexto temporal e cultural amplo e que atravesse o campo do ambiental propriamente dito. Desse modo, o objeto dessa investida deve ser as lutas a respeito da identidade, as lutas pelo domínio e pelos usos dos territórios “de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, e de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer grupos” (BOURDIEU, 2008: 113); foco da análise recai, assim, no poder de construir uma visão do mundo social e do território por diferentes grupos, nas suas capacidades de gerar e gerir identidades e representações sociais.

Assim, para o entendimento do problema de pesquisa apresentado privilegamos nesse trabalho a análise das representações do espaço feita pelos assentados usando o conceito de *habitus* de Bourdieu



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

(1996). Com ele buscamos compreender o processo histórico que culminou em formas diferenciadas de apropriação técnica e cultural que condicionaram os usos subalternos dos recursos naturais no PA São Francisco pelos assentados e que geram embates sobre a representação do território no campo ambiental. O conceito de *habitus* está na base da análise dos espaços de representação e dos processos cognitivos dos grupos sociais, pois, para Bourdieu, ele é um princípio gerador de práticas e também um sistema de classificação das mesmas.

Segundo Bourdieu (2008), que argumentou que parece haver um privilégio conferido às propriedades formais da gramática em detrimento dos seus códigos funcionais, não é o aspecto social que define a língua, mas a língua autorizada a falar, isto é, a o aspecto institucional quem define o uso do espaço. Isso, particularmente, é o que o autor denominou de princípio de “di-visão” do espaço, por nós evocado para a análise do PA São Francisco:

As lutas em torno da identidade étnica ou regional, quer dizer, em torno das propriedades (estigmas ou emblemas) ligados à origem através do lugar de origem, bem como das demais marcas que lhes são correlatas, (...), constituem um caso particular de luta entre classificações (...). O móvel de todo essa luta é o poder de impor uma divisão de mundo social através do princípio de di-visão que, tão logo se impõe ao conjunto de um grupo, estabelecem o consenso ou dissensos sobre o sentido de tal representação. (BOURDIEU, 2008, p. 108).

O entendimento é que esse é um dos princípios dos conflitos ambientais pelo uso do território do PA São Francisco, onde a legislação e as instituições fazem uma representação dada como legítima, a partir da perspectiva de desenvolvimento sustentável selada nos consensos internacionais e institucionais, e a população faz outra conduzida por referenciais ligados à(s) sua(s) história(s) com o território. Esse descompasso é que marca o conflito ambiental no local.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A DEMANDA DO DIREITO À TERRA: A (RE)APRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO DO PA SÃO FRANCISCO E O FIM DO CONFLITO AGRÁRIO.

O norte do estado de Minas Gerais, até meados do século XX, era representado pelas agências de desenvolvimento estatais, a exemplo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE),

Revista Discente Expressões Geográficas – www.geograficas.cfh.ufsc.br

Edição nº 10 (ano X). Florianópolis, Dezembro de 2015.



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

como uma região vazia em termos demográficos e econômicos. Para enfrentar essa suposta estagnação, os governos estadual e federal empenharam-se na criação de vários programas de desenvolvimento regional. Esses programas visaram à estimulação de atividades de base no norte de Minas como a pecuária, a cafeicultura, a monocultura de eucalipto e a construção de projetos hidrelétricos para fomentarem a industrialização de centros urbanos em expansão, a exemplo da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Segundo Laschefski (2011), nesse período ocorreram avanços dos processos de desenvolvimento do modo de produção urbano-industrial que fizeram do norte de Minas uma região fornecedora de matéria prima e energia para a reprodução dos centros urbanos como o complexo metalúrgico e siderúrgico da RMBH. Todos esses projetos tinham como justificativa “levar o desenvolvimento” para uma região pobre.

Ainda de acordo com Laschefski, a partir dessa concepção abstrata e economicista do espaço, os programas do estado de Minas Gerais e do governo federal tentaram promover o desenvolvimento através da demarcação e da regularização da propriedade das terras com o objetivo de vendê-las a investidores privados, ou disponibilizá-las na forma de concessão para atividades industriais em terras devolutas. Entretanto, uma consequência dessa política, que negligenciou os atores sociais que viviam nas referidas áreas, foi o aumento de conflitos sociais violentos pela posse da terra, contra a construção de hidrelétricas, contra a monocultura de eucalipto, dentro outros. E é nesse contexto que o PA São Francisco se insere, particularmente no que se refere ao processo de expansão da monocultura de eucalipto na região e ao aparecimento de conflitos pela posse da terra.

O estímulo à ocupação do município de Buritizeiro foi resultado das políticas governamentais destinadas à modernização da região norte de Minas Gerais, direcionadas a partir da década de 1970 pela SUDENE. Nessa época, grande parte das terras drenadas pelo rio Formoso, um dos afluentes do rio São Francisco, foi destinada à implantação de monoculturas de eucalipto. Esse município obteve incentivos para a implantação de eucaliptais com o objetivo de fornecer matéria prima às indústrias implantadas em Pirapora, Várzea da Palma (municípios vizinhos) e para outras cidades da RMBH.

Nesse contexto, expressiva parcela de camponeses foi expulsa de suas terras, caracterizando a expropriação de centenas de famílias rurais. As áreas que eles ocupavam, muitas delas devolutas, foram gradativamente sendo concedidas pelo Estado a grupos empresariais que operacionalizavam a política



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

concentradora de modernização rural. Essas terras foram ocupadas por eucaliptos, máquinas, serras elétricas e por fornos de carvão. E é nesse cenário que se insere o primeiro momento de conflito agrário que deu origem ao PA São Francisco.

A área onde hoje se encontra o assentamento, desde a década de 1970, esteve sob o domínio da empresa “Lança - assessoria, planejamento e administração S/A”, que plantava eucalipto para produzir carvão na região (BRASIL, 1994). Nessa época, a área onde hoje se localiza o PA foi inteiramente desmatada para introduzir a silvicultura, comprometendo drasticamente o meio ambiente e os recursos hídricos do local.

Essa atividade monocultora, apesar do baixíssimo nível de absorção de mão de obra no processo produtivo, exigia a presença contínua de alguns trabalhadores⁴ residindo dentro dos limites da área cultivada na época do corte da maneira. Esses, além de prestarem serviços à referida empresa, realizavam pequenos cultivos para subsistência nas terras das veredas que ainda não tinham sido ocupadas pelos eucaliptos. Nesse sentido, pode-se dizer que, mesmo ainda de maneira incipiente, os trabalhadores rurais estavam estabelecendo sua territorialidade no local, conferindo, como apontado por Mazzetto Silva (2005), o sentido de lugar-habitat em meio ao lugar-mercadoria.

Com a crise da silvicultura na região, em meados dos anos de 1980, decorrente principalmente da falta de mais apoio governamental, da forma predatória como foi implantada e da dificuldade de transporte da madeira, a empresa Lança abandonou a atividade e deixou seus trabalhadores sem receber seus pagamentos e direitos trabalhistas, apenas fez acordos informais com eles. Além disso, a área já vinha passando por litígios quanto à posse da mesma. Segundo um assentado:

A empresa de eucalipto se dizia dona e até era, tinha escritura e tudo. Mas, esta região toda aqui ela tem um conflito agrário, existe muita superposição de área, existe várias escrituras aqui na região da mesma terra. Então tem um conflito aqui dessas empresas, então eles se diziam donos, mas não conseguia provar muito que era dono. E nós éramos realmente os donos da posse, porque a empresa foi embora, deixou nós devendo, ai eles foram e nós ficamos na terra. Assim, nós também achava que éramos donos, pois ela devia a gente e a gente já trabalhava na terra tinha muito tempo. Nós cuidava da terra (Assentado no PA São Francisco, trabalho de campo, 2012).

⁴ Esses trabalhadores eram veredeiros, vazanteiros, sertanejos e ribeirinhos (povos do cerrado) expropriados quando da introdução das monoculturas na região e que transitavam na busca de melhores condições de vida e trabalho. E é o conjunto desses trabalhadores que origina a maioria dos assentados no PA São Francisco.



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

Com o fim da silvicultura e com o abandono da área os trabalhadores rurais empregados nessa atividade estabeleceram-se no local por anos, se tornando, portanto, posseiros. Nesse contexto, as famílias que ocuparam aquele território foram desenvolvendo a agricultura de subsistência, o extrativismo e também formas de sociabilidades específicas, mantendo suas residências sempre próximas às áreas de veredas, local de trabalho dos mesmos, pois o solo do cerrado era “fraco” para a atividade agrícola.

Através do depoimento acima, pode-se aferir que o trabalho é o grande legitimador da posse, pois a “terra de trabalho” expressa uma série de valores morais construídos historicamente por populações rurais, como já demonstraram Woortmann e Woortmann (1997). A ausência de qualquer registro oficial de posse é um dado contundente para ameaças de grileiros, como o foi e será descrito logo adiante. Mas, na visão dos posseiros, não era o documento formal que indicava o dono, mas sim o trabalho, a lida diária com a terra que tinha essa significação.

E é nesse contexto de abandono da área pela empresa Lança e de resignificação da mesma pelos posseiros que a terra se transformou em território apropriado e dominado por um modo de vida específico. As veredas que garantiam a reprodução social da população em tempos difíceis, elas que ditavam o tempo de trabalho, o ritmo da produção, a subsistência, o lugar de moradia, etc.; devido sua “força”, traduzida em fertilidade para a agricultura.

No entanto, anos depois do abandono da área pela empresa e a concentração das atividades de subsistência dos posseiros apenas nas proximidades de suas residências, bem como a ausência de qualquer documento oficial que garantia a posse aos mesmos, deu margem para que vários grandes produtores do entorno iniciassem agressivos processos de grilagem de terra, principalmente pelo cercamento de áreas do cerrado (ainda em regeneração) e introdução do gado para pastagem nas veredas, destruindo os pequenos cultivos dos posseiros. Essa prática acarretou um intenso processo de assoreamento das veredas e compactação do solo e se desdobrou em violentos conflitos. Ameaças e violências físicas e simbólicas marcaram a trajetória social dos assentados nessa época. O depoimento abaixo é representativo dessa situação:

É, a gente tinha esse conflito pela posse da terra, que por mais que nós tínhamos a posse, que tínhamos a área pra trabalhar, mas de vez em quando aparecia alguém dizendo que era dono a gente tinha que brigar com aquele pessoal né. Briga feia viu! Até casa queimaram aqui. Até ameaçado de morte nós fomos, chegamos até em ir pra justiça. Por isso é o



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

conflito com o modelo que foi implantado, porque ninguém sabia quem era dono da terra, mas nós estávamos aqui trabalhando fazia tempo e não queríamos sair (Assentada no PA São Francisco, trabalho de campo, 2012).

Foi nesse momento que, a partir da denúncia da associação dos posseiros, recém constituída para combater os grileiros, houve a intervenção do INCRA no conflito com o intuito de começar a regularizar a situação no local. Mais uma vez evocamos a fala de um assentado para ilustrar a situação.

Nós tínhamos um processo contra um assentado que era o líder nosso na época e era posseiro, um processo judicial e ele a principio perdeu na justiça para os fazendeiros. Só que eles tinham uma área dentro dessa área do assentamento e outra área fora, eram duas escrituras. Aí nos ficamos enrolando a justiça e não saímos. Sugeriram pra nós que o INCRA ajudava a regularizar isso, nós fomos ao INCRA. (...) É a problemática de um posseiro é que nós e todo mundo foi solidário a ele, porque se todo mundo cruzasse os braços ele ia ser despejado e pronto. Mas todo mundo foi pra junto dele, foi ai que nós criamos a associação e passamos a reunir pra discutir esses problemas que estava atacando ali naquele momento até fazer a denúncia do que estava acontecendo (Assentado no PA São Francisco, trabalho de campo, 2012).

A partir da criação da associação e em função da luta dos posseiros em defesa de suas posses e também pela preservação das veredas, local de produção e reprodução social, contra a exploração feita pelos grileiros, que se inicia a demanda pela criação do PA São Francisco.

Em meados da década de 1990, contando com a mediação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Buritizeiro, os posseiros, por meio da associação, voltaram a pressionar o INCRA para realizar a desapropriação da área como forma de evitar mais embates. Esse órgão do governo, levando em consideração as denúncias dos conflitos agrários existentes, realizou a vistoria do imóvel no ano de 1994, ocasião que foi verificada a existência de mais de 40 famílias morando no local e a caracterização da propriedade da empresa Lança como improdutivo. Nesse contexto, no dia 10 de novembro do ano de 1995 foi assinado o decreto de interesse social e de desapropriação do imóvel para fins de reforma agrária (BRASIL, 1995), dando início formalmente à criação do PA São Francisco e a algumas transformações territoriais.

A INSTALAÇÃO DO PA E O INÍCIO DE NOVO PROCESSO CONFLITIVO: AS TENSÕES SOCIOCULTURAIS E AMBIENTAIS.

Do ano de 1995 até os dias atuais o conflito fundiário foi resolvido, e a área, legalmente, destinada aos posseiros que se tornaram, desse modo, assentados. De acordo com a percepção dos assentados, esse foi



EXPRESSÕES

GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

um ponto positivo, pois atualmente a segurança quanto à posse da terra é uma garantia de ter um lugar pra viver tranquilo, no sentido de ter uma moradia e de não ter mais conflitos violentos pelo domínio do território (71,42% dos assentados apontaram essa melhoria nas oficinas). Mas, várias mudanças na maneira de se relacionar com o território e também com os outros posseiros, consideradas negativas pelos assentados, ocorreram a partir daí. Tais mudanças se referem à (re)organização das territorialidades do local, que para serem compreendidas é necessário fazer um paralelo das duas situações vividas, o antes e o depois do PA; aqui entendida através de duas temporalidades que percebemos como sendo categorias nativas dos assentados para se referirem às mudanças territoriais, quais sejam: “época dos posseiros” e “tempo do assentamento”.

Na “época dos posseiros” a população da área tinha uma territorialidade diferenciada da atual. Naquele tempo, eles sempre ocuparam áreas próximas ao ambiente vereda, cultivando nos solos com alto teor de matéria orgânica e água, fazendo pequenos drenos e controlando a altura do lençol freático. Nessa época o órgão ambiental mineiro (Instituto Estadual de Florestas - IEF) não coibia o uso destas áreas e nem realizava qualquer trabalho de orientação ou conscientização sobre possíveis danos e implicações do uso dos solos das veredas. Segundo os assentados: “naquela época de posseiro o meio ambiente nem sabia que a gente existia”. Ainda nesse contexto, de acordo com os assentados, as veredas estavam se regenerando após um longo período de “maus-tratos” por conta dos eucaliptos e da agropecuária dos fazendeiros. O cerrado, local de práticas extrativistas, também passou por um período de recuperação e só depois de um tempo relativamente longo ele voltava a brotar com vigor e a ser mais uma fonte de subsistência e renda para os posseiros. Segue depoimento que serve de base para essa argumentação.

Esse cerrado nosso quando eu cheguei pra aqui, você pode assunta por aí, esse cerrado que tem ai num tinha nada. Quando nós chegamos pra aqui, isso aqui andava tudo vago, não tinha essas águas ai no barro (nas veredas). O que aconteceu, nós deixamos o “mato reformar”, porque deixamos? Porque isso ai que ajudas o “barro preto” ficar molhado, que ajuda as veredas é só o mato lá do cerrado. Porque tem que ter também, porque é de lá que vem alguma coisa pro povo daqui trabalhar. Nós sabemos que o cerrado que ajuda o “barro preto” ficar “moiado”. Porque que eu falo que as grandes indústrias tá acabando com esse “barro” bom de plantar, que eles eram tudo ao redor. As areias dos que usam mal o mato ao redor vêm tudo pro “barro” aqui, e eles falam que foi o trabalhador rural que acabo com ele, não é o trabalhador rural que faz isso não. Que nós trabalhamos ai em um hectare, dois hectares de terra, eu tenho aqui pelo menos dois ou três hectares de “barro”. Eu trabalho em um hectare, deixo ele respeita o tempo dele, aí vou pra outro. E assim vai, nunca faltou água aqui quando eu trabalhava assim. É desse jeito que a gente trabalha faz



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

anos e nunca faltou água pra nós. Pode assunta aí (Assentado no PA São Francisco, trabalho de campo, 2012).

A partir desse depoimento, pode-se dizer que o *habitus* (BOURDIEU, 1996) tradicional dos assentados na “época dos posseiros” gerou padrões de comportamento, práticas e um sistema de classificação do que era bom ou não para as veredas. E essa capacidade de gerar e gerir práticas e classificações se deu a partir da representação que eles fazem da importância do ambiente para a reprodução do grupo, construtoras, portanto, da identidade dos posseiros com o território. Assim, o entendimento do território pelo grupo e da importância do mesmo como produtor de práticas condiciona relações sociais e ambientais que interligam natureza e sociedade, construindo “geo-grafias”, para nos apropriarmos da expressão de Carlos Walter Porto Gonçalves (2007).

Durante anos eles viveram da produção nas veredas, observando os solos, as águas, a mata e seu(s) tempo(s) de “reforma”, e sabiam da necessidade de conservação da área para futuras utilizações. Ao mesmo tempo, também “liam” a paisagem ao redor, percebiam que os fazendeiros e outros produtores do entorno do assentamento, que não são vigiados e punidos pelo órgão ambiental tal como os assentados, não “respeitam o mato” (o Cerrado) e nem as consideram importantes para manutenção das veredas, utilizando práticas incompatíveis com o “tempo do barro”.

Além dessa questão da forma de utilização das veredas tradicionalmente, também existe a das sociabilidades reelaboradas com o PA. Anterior à institucionalização do território, os posseiros mantinham suas residências próximas umas das outras por diversas razões tais como segurança, relações de vizinhança, ajuda mútua, compadrio e parentesco, e sempre tangenciando o ambiente vereda, como descrito anteriormente. No trabalho com a terra também existia o sistema de mutirão, em que todos do lugar ajudavam em determinadas tarefas para lograr um fim, que poderia ser coletivo ou mesmo individual. Porém, com o PA, a área de 2.081,45 hectares foi dividida em 29 lotes que possuem, em média, 54 hectares cada um, em duas extensas áreas de reserva legal e também duas de uso comunitário; e em cada lote foi erguida uma residência que, de maneira geral, se encontra no centro da área. Esse processo reestruturou toda a dinâmica social da população local, determinando, inclusive, o fim de algumas delas como a do sistema de mutirão. Abaixo um depoimento de um assentado sobre as mudanças territoriais:

A maioria do pessoal que tava aqui tinha pequenas áreas mais próximas da área onde hoje é a sede da associação, então todos eles faziam aquele rodízio, eles eram mais próximos,



EXPRESSÕES

GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

mais perto, então aceitavam esse “congressamento” (agrupamento). Então uns iam limpavam, preparavam o “barro”, plantava a roça de um e depois aqueles já iam pra roça do outro. Então juntava cinco ou seis pessoas e trabalhavam em grupos juntos. Hoje não, hoje tá se deslocado, um lote até o outro já é mais longe, tem gente que tá aqui no início do assentamento, e pra ir lá na sede da associação são 8km, pra ir ao final do assentamento já é mais 15km, então ficou mais complicado essa questão, separou tudo aqui e isso não se faz mais (Assentado no PA São Francisco, trabalho de campo, 2012).

A partir da oficina “mapa dos lotes” pôde-se perceber que na “época de posseiro” a população utilizava quase que exclusivamente as áreas de veredas para a realização do plantio (85,70% dos assentados). Já no “tempo do assentamento” a prática agrícola nessas áreas teve uma redução drástica (50% ainda continuam a utilizá-la de forma ilegal), justamente em função das multas ambientais que foram aplicadas a alguns assentados. O cerrado também deixou de ter áreas cultivadas, embora em percentual menor do que as áreas de veredas (passou de 35,70% na “época de posseiro” para 14,30% no “tempo do assentamento”).

Por outro lado, o quintal passou a figurar como um importante espaço de plantio. Se antigamente apenas 7,10% da população utilizavam-no para a prática agrícola, hoje esse percentual dobrou e atingiu 14,30%. Outros, porém, não produzem absolutamente nada, vivem apenas da aposentadoria dos mais velhos (14,30% representativo dessa categoria de “não produtores”). 14,30% não informaram o local de produção atualmente no seu lote.

Diante desse quadro de transformação no uso do território, percebemos que as práticas socioeconômicas também sofreram alterações. Na “época de posseiro” as atividades econômicas predominantes no local eram a agricultura, em que 21,4% dos moradores desenvolviam essa atividade, e a pecuária, representativa de 78,6% das atividades desenvolvidas. Já nos dias atuais outras atividades vieram compor as práticas dos moradores. O extrativismo, que antes era uma prática voltada apenas para a subsistência, hoje passa a ser representativo de 21,4% das atividades dos assentados, principalmente para geração de renda através da venda da polpa ou dos frutos do Cerrado beneficiado.

Nesse sentido, segundo os assentados, com relação à prática agrícola “a vida era melhor antes de ser assentado”. Essa argumentação foi constatada em todas as famílias com quem realizamos a dinâmica “Histórias de Vida”, quando alegavam que as atividades desenvolvidas eram suficientes para o sustento da família. Ao passo que hoje, apenas 46,15% dos assentados estão satisfeitos com o assentamento e conseguem sustentar a família rural com as atividades em seus lotes. O restante consegue uma renda mínima



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

com suas atividades agrícolas, mas destacaram que o sustento da família vem, principalmente, da aposentadoria dos mais velhos (42,80% dos entrevistados) e de programas de transferência de renda do governo, como o Bolsa Família (14,30% dos entrevistados). Outros, porém, complementavam a renda através da prestação de serviços fora do lote, para fazendeiros do entorno do PA (28,60% afirmaram que tinham essa prática) e, ou, dependiam da pensão (14,30% das entrevistadas).

Diante desse contexto de bruscas transformações territoriais, buscamos saber quais eram as percepções dos assentados sobre os atuais e antigos conflitos vivenciados. Vimos que, na “época de posseiro”, eram poucos os conflitos em relação à produção agropecuária, apenas 7,15% dos entrevistados relataram algum tipo de tensão, mas que se davam entre vizinhos e não entre os órgãos ou instituições ambientais. Essas estavam quase que na totalidade ligadas aos conflitos agrários pelo domínio do território, quando envolviam as lutas entre os posseiros e os grileiros do entorno da área onde hoje é o assentamento. Ainda segundo eles, “naquele tempo nós nem existíamos para o governo, por isso ninguém vinha aqui dar multa a ninguém não”. Esses dados são muito contrastantes quando comparados com os relativos aos dias atuais, no “tempo do assentamento”. Segundo os assentados, todos (100%) percebem que há um conflito muito sério hoje na área e que envolve justamente a proibição do uso do território com as práticas agrícolas que eles usavam tradicionalmente no “barro preto” e que acaba inviabilizando o desenvolvimento produtivo do PA São Francisco.

A partir dessas representações pode-se afirmar que separação e divisão dos lotes com a construção do assentamento veio a fragmentar não só a terra, mas o lugar de cada ator no seio do grupo e, principalmente, a apropriação e o uso do território. Se antigamente a referência espacial e de pertencimento ao conjunto social era o território como um todo, hoje tal referência se dá como fragmento, isto é, ela aparece como propriedade privada: cada assentado se identifica com o seu lote. E o que agrava esse quadro é que tal divisão é conduzida pelos “de fora”, por aqueles que não conhecem efetivamente as relações sociais do grupo, mas que são considerados portadores dos capitais reconhecidos institucionalmente no campo ambiental e, por isso, “habilitados” para representar o espaço, conforme salientamos a partir de Bourdieu (2008).

Além disso, com a criação do assentamento, o IEF passou a ver os usos das veredas de outra maneira. Se antigamente esse órgão não tinha atuação no local, hoje ele vem realizando ações constantes de



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

fiscalização, reprimindo o uso do território através da imposição de multas aos assentados, sendo que alguns destes, como não tiveram condições financeiras para arcar com a dívida, tiveram que vender os seus lotes para pagarem a multa ou mesmo abandoná-los. Seguem alguns depoimentos ilustrativos dessa situação:

Se nós vai trabalhar (nas veredas) nós somos presos ou se não nós toma multa. Eu mesmo levei uma multa aqui de dois mil e tantos reais. Por quê? Porque eu tava plantando uma terra ali com uma mandioca pra comer (...). Agora dá para “esmorecer” (adoecer) ou não dá? A alegria do trabalhador rural é trabalhar, se proibi de fazer isso ele “esmorece” (Assentado do PA São Francisco, trabalho de campo, 2012).

Então por isso que eu falo, nós precisamos da terra como organizada, sabe, cada um com seu documento na mão, que podemos tira uma licença, tá faltando isso, a licença. O meio ambiente ta aí, conforme precisa do meio ambiente, mas se eles começarem a fazer isso com o povo aí, a multa eles, aí os meninos, o restante que tem aqui no mato, vai embora pra cidade, num dá pra ficar aqui (Assentada no PA São Francisco, trabalho de campo, 2012).

A questão da falta de licenciamento ambiental do PA que impede o desenvolvimento agrícola foi o principal problema identificado na oficina “árvore do problema” (63,64%), seguido do desmatamento (13,64%) das áreas de cerrado para a produção de carvão, da falta de união do grupo (4,54%) e ausência de transporte que possibilite a ida dos assentados à cidade de Buritizeiro (também 4,54%). Além disso, identificou-se também como problema que aflige o PA a diferença de tratamento, especificamente do órgão ambiental com relação à aplicação de multas, entre o grande e pequeno produtor, representativo de 9,10% dos assentados participantes da oficina.

Com relação às causas do principal problema identificado, os assentados acreditam que as instituições públicas, em especial o INCRA (15, 62%) e o IEF (21,90%), são as principais responsáveis pela situação. A falta de união do grupo, representativo de 15, 63% das discussões com relação ao atraso do licenciamento ambiental, e a ausência de recursos financeiros para arcar com as onerosas multas (12,50%), também tiveram destaque nas discussões; o sindicato dos trabalhadores rurais de Buritizeiro, que não procura respaldos para sanar o problema e atualmente não tem apoiado os assentados nas suas reivindicações como o fizeram na época dos conflitos fundiários pelo domínio do território, responde por 3,12% das causas identificadas pelos assentados com relação ao principal problema do PA. A prefeitura local recebeu o mesmo percentual de “culpa”. Outros, tais como falta de transporte entre o assentamento e a cidade, empobrecimento das famílias que vivem apenas das aposentadorias e, por isso mesmo, desistiram de “lutar”, e também os relativos ao



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

desmatamento foram elencados nas discussões como sendo causas da falta de licença ambiental, representativo, juntos, de 9,37% dos apontamentos.

E como consequências do atraso do licenciamento ambiental, evidenciou-se na oficina diagnóstica a falta de trabalho que culmina na miséria do povo, representativo de 26,19% dos apontamentos nas discussões, a evasão dos jovens e o abandono do lote (16,66% e 11,90%, respectivamente) e a ausência de alimentos para subsistência e renda que causa o empobrecimento das famílias no PA (7, 15%), que, por sua vez, faz com que os assentados procurem emprego temporário no entorno do assentamento (também considerado uma consequência, 7,15% das discussões marcaram essa questão) ou então vivam da aposentadoria dos mais velhos (4,76%) e as multas ambientais (11,90%). Todas essas questões deixam os moradores do local sem expectativas futuras quanto à vida no assentamento. Outros pontos também foram levantados, como a falta de transporte, a baixa escolaridade e também o individualismo das famílias no PA, representativos de 14, 29% das discussões na oficina “Árvore do Problema”.

A respeito do licenciamento ambiental, em Minas Gerais, desde o ano 2000, os assentamentos para fins de reforma agrária são objetos desse instrumento legal, inclusive aqueles já implantados. A falta deste processo impede qualquer intervenção nessas áreas, ou seja, os assentados são alijados do direito de utilização da terra até que a situação seja regularizada, e o poder público de aplicar recursos no local. De tal modo, após a obtenção e destinação do imóvel para a reforma agrária, é necessário que o INCRA cumpra uma série de exigências técnicas a fim de obter o licenciamento ambiental para que o assentamento seja criado, implantado e possa se desenvolver, conforme procedimentos que estão inseridos na Deliberação Normativa do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) nº 88, de 13 de setembro de 2005. Apesar de serem de suma importância, essas exigências interferem de forma significativa na vida dos assentados, ao passo que o INCRA, de maneira geral, não consegue cumpri-las em tempo hábil, gerando insatisfação dos beneficiários do assentamento que, muitas vezes, abandonam os lotes ou desenvolvem as atividades produtivas a revelia dos órgãos ambientais.

O atraso do licenciamento ambiental é, portanto, a principal causa da precariedade socioeconômica dos beneficiários do PA São Francisco que se arrasta desde o ano de 2000 no INCRA-MG. O conflito ambiental, na visão dos assentados, se dá por conta da falta da licença ambiental para funcionamento do PA São Francisco.



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto apresentado, parece-nos que o espaço planejado pela INCRA e regulado pelo IEF marcou a desestruturação de toda uma dinâmica social e cultural do espaço vivido da comunidade. Não apenas com relação às formas técnicas diferenciadas de utilização dos recursos naturais, mas também na forma de relacionamento entre os assentados. Ou seja, quebrou-se a continuidade de práticas técnicas, sociais e ambientais, gestadas historicamente a partir do *habitus* comunitário, e instauraram-se novas, baseadas em uma perspectiva estranha à população local, mas reconhecidas como oficial pelos órgãos públicos no campo ambiental e, por isso, vista como sendo necessária.

Fica claro no caso em tela que o conflito ambiental refere-se às diferentes formas de uso e apropriação do espaço, conforme destacou Acselrad (2004a). As formas de usos distintos no PA São Francisco podem ser visualizadas, por um lado, a partir da prática tradicional dos posseiros no ambiente vereda e, por outro, a estabelecida a partir da visão institucional do INCRA e das demais instituições atuantes no assentamento que separaram o ambiente da sociedade. Isto é, reservaram às veredas a função apenas de preservação e não de uso pelos assentados, mesmo que ainda o PA não tenha a licença ambiental, pois essa representação separada da relação homem natureza vem desde a época da confecção do Plano de Desenvolvimento do PA.

Nesse sentido, o espaço percebido pelas instituições se sobrepôs ao espaço vivido pela comunidade, gerando os conflitos. E a população não possui o capital reconhecido institucionalmente para reelaborar suas práticas e classificações para enquadrar nos preceitos de desenvolvido sustentável sugerido pelos técnicos, mesmo porque eles percebem que não são suas formas técnicas e culturais de relacionamento com o território que causam a suposta degradação das veredas como os agentes oficiais interpretam, mas sim todo processo histórico de uso e ocupação do território e de seu entorno atrelados à monocultura de eucalipto e à pastagem em grande escala.

Consideramos, portanto, que a linguagem técnica-institucional desqualifica o conhecimento e sabedoria da comunidade, que é visto como emocional e não fundamentado cientificamente, por isso, não legítimo, como argumentou Bourdieu (2008). Ou seja, relegam a sabedoria e conhecimento dos assentados sobre a utilização das veredas como sendo ilegítimos, pois não têm os capitais específicos reconhecidos no



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

campo ambiental. No entanto, os assentados que habitam o PA São Francisco possuem uma série de valores arraigados à terra e à comunidade, que compõem toda uma forma de organização social com uma experiência territorial e identitária. Se considera que na institucionalização do PA pela INCRA e demais instituições não foram levadas em conta o cotidiano e as vivências sociais dos posseiros, é possível perceber o “desencaixe” espaço/temporal do território (re)criado e entender, de acordo com Bourdieu (2008), o princípio de “di-visão” que move o conflito no PA São Francisco.

A representação oficial do território do PA, no caso, constitui parte de um complexo mecanismo de controle social que, ao identificar as “vocações” (econômica, ambiental, social, política, etc.) de cada área no PA deixa transparecer a lógica cartesiana e mercadológica moderna que dá sentido aos mapas e aos conhecimentos dos técnicos e, principalmente, à concepção hegemônica do campo ambiental baseada na “adequação ambiental” (CARNEIRO, 2005; ZHOURI *et. al.*, 2005). Assim, essa representação do espaço compõe o eixo sobre o qual o conflito ambiental é construído no PA São Francisco: tensões sociais em torno do uso dos recursos naturais de determinadas áreas; já que presididos por uma lógica que cria mecanismos de controle e formas diferenciadas de dominação, mantendo submissa a perspectiva das experiências vividas dos assentados com relação à utilização sustentável das veredas.

Nesse contexto de insatisfação dos assentados com relação às mudanças territoriais propiciadas quando a áreas se transformou em PA, o pior é saber que as representações e práticas da população local, muitas vezes, são consideradas na leitura oficial atrasadas economicamente e inadequadas ambientalmente, pois não têm índices técnicos de produtividade, tecnologia e conhecimento especializado, representações que só reforçam a marginalização dos assentados que não possuem os capitais reconhecidos no campo ambiental. Diferentemente, para os assentados o futuro é percebido diretamente no presente imediato, a partir do vivido. Ou seja, por meio das experiências acumuladas que constituem, nesse sentido, a própria tradição e os modos de viver e que não necessariamente passam pelas “medições e mediações” modernas. O conceito de pobreza e de atraso dos moradores do PA está baseado em outros valores, tais como a perda da independência econômica através da própria produção para satisfazer as necessidades de subsistência, a inibição da reciprocidade e da troca com os vizinhos e, particularmente, com a proibição do trabalho no “barro preto”.



EXPRESSÕES

GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

Consideramos, portanto, que o conflito ambiental estabelecido no PA São Francisco, apesar de ter consequências objetivas, tem sua gênese no campo das representações sociais, envolve, pois, uma luta classificatória que ao colocar a questão em torno do “por que” e do “para quem” deve ser o “meio ambiente” preservado redimensionou significações, desvelou mecanismos e instrumentos e introduziu uma lógica que leva à discussão dos critérios que definem formas de apropriação técnica e acesso a recursos, bem como dos arranjos de poder eventualmente por trás de decisões meramente administrativas. A conquista do assentamento foi uma vitória, não resta dúvida quanto a isso. Porém, atualmente o PA São Francisco se apresenta como um assentamento em busca de redirecionamentos que possam solucionar ou minimizar o conflito ambiental vivenciado pelas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13 - 35.

BERGAMASCO, S. M. P; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).

BOURDIEU, P. **Economia das trocas simbólicas**. 3º Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 10º Ed. Campinas: Papius, 1996.

_____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. Prefácio Sérgio Miceli - 2º Ed., 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BRASIL. CASA CIVIL. IMPRENSA NACIONAL. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Decreto de 10 de novembro de 1995**. Brasília, DF, 13 de Nov. 1995.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E REFORMA AGRÁRIA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA/SR-06. **Vistoria do imóvel rural denominado Fazenda São Francisco no município de Buritizeiro MG**, Belo Horizonte, MG, 1994.

CARNEIRO, E. J. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Orgs.) **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 27 - 48.

COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo**. Viçosa: Editora da UFV, 2005.

FERREIRA NETO, J. A; DOULA, S. M. **Assentamentos rurais e meio ambiente no Brasil: atores sociais, processos produtivos e legislação**. Viçosa: Editora da UFV, 2006.

Revista Discente Expressões Geográficas – www.geograficas.cfh.ufsc.br

Edição nº 10 (ano X). Florianópolis, Dezembro de 2015.



EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

GONÇALVES, C. W. P. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. In: SANTOS, M *et. al.* (Orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª Ed. Niterói-RJ: Lamparina, 2007. p. 375-409.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1992. 224p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estimativas de População**. 2009. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/.../estimativa2009/POP_DOU.pdf. Acesso em: 10 abril 2010.

LASCHEFSKI, K. Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, A (org.). **As tensões do lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 21 - 59.

LEITE, S. *et. al.* **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura IICA/ NEAD; São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

MARTINS, J. de S. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MAZZETTO SILVA, C. E. Lugar-habitat e lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio do Cerrado. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005. p. 217-244.

MEDEIROS, L. S. de *et al* (orgs). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

OLIVEIRA, A, U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**. vol.15, nº43, set./ dez. São Paulo, 2001. p. 185 - 206.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: Empresa brasileira de Pesquisa Agrícola. **Cerrado**: ambiente e flora. Planaltina, DF: Editora Sueli Sano e Semíramis Pedrosa de Almeida, 1998. p. 89-117.

ROMEIRO, R *et. al.* **Reforma agrária**: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro, Vozes/lbase/FAO, 1994.

SOUSA, J. M. M de. **Qualidade de vida em assentamentos de reforma agrária**: uma aproximação metodológica. Viçosa: UFV, 2011. (Relatório Final de Pós-doutoramento).

ZHOURI, *et. al.* Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Orgs.) **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.p. 89-117.

WOORTMANN, E; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília-DF: Editora UNB, 1997.



EXPRESSÕES

GEOGRÁFICAS

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UFSC

www.geograficas.cfh.ufsc.br ISSN 1980-4148 - Web Qualis/CAPES

Recebido em Julho de 2015
Aceito para publicação em Setembro de 2015